


A maioria da Democracia: porque precisamos ativar continuamente as memórias sobre o 8 de janeiro? Democracy 's Coming-of-Age: why must we continuously activate memories of January 8?

Ana Paulo Brito

Universidade Federal de Pernambuco

 <https://orcid.org/0000-0001-6802-7902>
anapaula.brito@ufpe.br

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a saúde da democracia brasileira, tratando-a não como uma estrutura inanimada, mas como um organismo vivo, uma "menina-mulher" de saúde oscilante que exige cuidado e proteção contínua. Através de uma rememoração da nossa vida política, investigo como o trauma de 8 de janeiro de 2023 não foi um acidente isolado, mas o desfecho de um processo crescente de autoritarismo e silenciamentos. É realizada uma análise da escalada da violência, desde os acampamentos nos quartéis até as tentativas de atos terroristas e como a imprensa brasileira inicialmente hesitou em nomear o crime contra o Estado, tratando-o sob o rótulo ambíguo de "vandalismo". Ao confrontar a cobertura dos jornais com mais distribuição em cada região do país, observo como as palavras foram reorganizadas conforme a gravidade do atentado se impunha, revelando as disputas de narrativa e o perigo de nos adaptarmos à temperatura do autoritarismo, tal como o sapo que se ajusta à água que ferve. O trabalho discute, enfim, como o 8 de janeiro forçou uma espécie de "maioridade" à nossa Democracia,

problematizando o papel da preservação dessa memória para a sociedade brasileira na contemporaneidade.

Palavras-chave: Democracia brasileira, 8 de janeiro, memória.

Abstract

This article proposes a reflection on the health of Brazilian democracy, treating it not as an inanimate structure, but as a living organism, a "girl-woman" of fluctuating health that demands continuous care and protection. Through a recollection of Brazil's political life, I investigate how the trauma of January 8, 2023, was not an isolated accident, but the outcome of a growing process of authoritarianism and silencing. The study analyzes the escalation of violence, from the encampments at military barracks to attempted terrorist acts, and how the Brazilian press initially hesitated to name the crime against the State, instead utilizing the ambiguous label of "vandalism." By confronting the coverage of the highest-circulation newspapers in each region of the country, I observe how terminology was reorganized as the gravity of the attack became undeniable, revealing narrative disputes and the danger of adapting to the "temperature" of authoritarianism much like the frog that adjusts to boiling water. Ultimately, the work discusses how January 8 forced a coming-of-age (a kind of "attaining majority") upon our Democracy, problematizing the role of preserving this memory for contemporary Brazilian society.

Keywords: Brazilian democracy, January 8, memory.

1. INTRODUÇÃO

No dia 8 de janeiro de 2023 o Brasil assistiu a uma invasão coordenada que depredou os prédios centrais dos três poderes federais da República em Brasília, Distrito Federal. O prédio do Palácio do Planalto (sede do Poder Executivo), do Congresso Nacional (sede do Poder Legislativo) e do Supremo Tribunal Federal (sede do Poder Judiciário) foram violados com depredação e intenso vandalismo. Os criminosos realizaram ademais, intensos registros audiovisuais de seus crimes, confortáveis em suas realizações, que podem ser vistas por todo mundo, sobretudo pelas redes sociais.

Entre os danos ao patrimônio público, ressalta-se prejuízos significativos às estruturas arquitetônicas, obras de arte e documentos históricos situados na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Mas o dano maior foi a ação em si, que consistiu na tentativa deliberada de derrubar a democracia e reivindicar a instalação de uma ditadura por meio de uma intervenção militar.

A democracia brasileira não morreu e a data de 8 de janeiro de 2023 inscreveu-se na história política do país. Contudo, nota-se a existência de uma fragilidade orgânica, descrita anteriormente, e materializada juridicamente nas disputas legislativas recentes. Exemplo disso observa-se quando, em 8 de janeiro de 2026, o Governo Federal, representado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, publicou o Veto nº 3/2026. O ato barrou o Projeto de Lei nº 2.162/2023, popularmente conhecido como “PL da Dosimetria”, que previa a redução de penas dos condenados por envolvimento nos atos criminosos contra a democracia em 2023. A condenação a esses atos criminosos é histórica e fazer memória sobre isso é muito profícuo para o combate à impunidade a crimes congêneres. Frente a tentativa de golpe, o Brasil não somente resiste, como é firme em processos de responsabilização, que nada tem a ver com revanchismo, mas de assegurar a nação de que as instituições funcionam e que cada cidadão tem que responder por suas ações.

1. A MENINA/MULHER - DEMOCRACIA (BRASILEIRA)

Passado recente e presente posto, gostaria de iniciar esse diálogo com você, agora com mais aproximação pessoal, propondo um exercício: realizarmos uma breve *anamnese* da vida da democracia, considerando seu adoecimento.

José Callegari (2023) nos propõe a leitura da democracia como um corpo que possui vida, saúde oscilante e morte. É muito pertinente esse tipo de comparação, sobretudo se considerarmos que a democracia não está dada e concluída. Essa perspectiva favorece o entendimento de que se trata de algo mutável, passível de ser interrompida, como a vida. Me recordo de outra analogia que gostaria de compartilhar, em uma coluna do Jornal A União, propus uma reflexão de percebermos a democracia como uma mulher, vejamos alguns detalhes sobre essa mulher:

[...] Seu parto foi sofrido, difícil. Perdurou por 21 anos, nos corredores do Hospital Pátria Não Livre. A sala de parto ficou cheia de sangue. Muitas enfermeiras, enfermeiros e doulas, que ajudaram no nascimento da menina, não puderam conhecê-la. A via de parto não foi a sonhada por sua mãe, mas foi a possível, para que ela nascesse saudável. Herdou todos os paninhos de sua irmã mais velha, a Anistia. [...] Nascida em 1985, ofereceu seus primeiros passos a um país cheio de medo e desigualdades. [...] Corajosa e valente, a menina é filha da Resistência. É, ainda, muito jovem, mas sua mãe tem a esperança de que ela conserve o ímpeto juvenil, aquele que os jovens têm, utópico, de transformar o mundo, de torná-lo menos desigual. [...] Com pele escura, de legítima cabocla, conserva um cravo ao lado da orelha, a adornar seus cabelos soltos e encaracolados. Bem sabe chegar em qualquer lugar e cativar cada espaço com seu completo desembaraço. Tem estatura média, mas cresce a olhos vistos, sem precisar se exhibir. A menina, a cada dia, se vê transformada em mulher-fêmea. (BRITO, 2020)

A reação dos leitores, sobretudo das leitoras, veio por meio das redes sociais, repercutindo como nós, as mulheres (e a democracia), precisamos ser fortes e estar vigilantes continuamente, despertando esse estado de “mulher-fêmea” diariamente. Termo que inclusive, causou ‘estranheza’ do revisor da coluna, mas que foi defendido por revelar que esse ‘incômodo’ também é um atravessamento necessário de ser acometido por quem lê e reflete sobre essa dualidade feminina.

Ao recordar sobre esse texto da coluna e a analogia estabelecida no bojo da leitura do texto de Callegari (2023), me perguntei se a sociedade brasileira pós redemocratização de 1988, construiu uma ideia de democracia vinculada ao ideal masculino de ser. Mas não qualquer homem. Um homem heterossexual branco, que só precisa seguir vivendo, porque já nasceu com privilégios que serão mantidos continuamente por todos que possam vir a interagir com ele.

Reconhecer a essência feminina da democracia brasileira exige mergulhar em uma análise visceral: ela não é um monumento de mármore estático, mas um corpo político pulsante que equilibra a força das fortalezas com a delicadeza de quem ainda gesta sonhos. Como uma mulher-fêmea que sangra e se renova, ela propõe os indícios iniciais de uma *anamnese* da vida democrática; que tem uma saúde oscilante e por isso requer vigilância contínua, com recusa ao ideal masculino de privilégios estáticos e silenciosos.

Essa vulnerabilidade não é sinal de fraqueza, mas o testemunho de uma jovem que exige uma rede sólida de apoio para que seu desenvolvimento não seja interrompido. O trauma de 8 de janeiro de 2023, ao atingir seu corpo físico e institucional, funcionou como um atestado de maioria forçada, revelando que a proteção dessa 'menina-mulher' é o que efetivamente pode contribuir para a segurança nacional.

O que ocorreu em 2023 despontou na grande imprensa e na análise de alguns pesquisadores acompanhada de comparações ao ocorrido nos Estados Unidos da América -E.U.A. em 6 de janeiro de 2021, com a invasão do Capitólio. Lá, o ataque almejava anular os resultados das eleições presidenciais de 2020. Durante a invasão, cinco pessoas foram mortas e mais de 1.500 condenações judiciais contra os criminosos foram realizadas.

Os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) ao analisar a crise da democracia americana frente aos ataques à democracia mais recentes, ponderam que os “guardiões da democracia”, que seriam os partidos políticos, falharam em não impedir que um “demagogo extremista” e outsider, conquistasse a indicação para concorrer à presidência da República.

Ao analisar a crise da democracia, vivida no contexto da primeira gestão de Donald Trump (2017-2020), os cientistas políticos ponderam sobre diversos casos de outros países em que os chamados “guardiões da democracia” teriam impedido a ascensão de outsiders autoritários e antidemocráticos, deixando-os fora do poder, a exemplos de articulações na Itália, Suécia, Alemanha, entre outros. Trump voltou ao poder presidencial (2025), atacando a democracia em seu próprio país, quando outorgou perdão presidencial¹ aos criminosos de 2021, além de invadir e atacar a democracia de outros países, como o sequestro ao presidente da Venezuela em janeiro de 2026 e declaração de que iria administrar outra nação soberana².

Como aponta Lilia Schwarcz (2019), o autoritarismo no Brasil não é um acidente de percurso, mas um elemento estrutural. Nesse sentido, evitar uma leitura colonial sobre o ataque de janeiro de 2023, significa reconhecer que o golpe não foi um produto importado, mas o ápice de um bolsonarismo endêmico. No caso brasileiro, sob uma gestão presidencial de viés autoritário e antidemocrático (2019-2022), muito se especulou se o Partido dos Trabalhadores (PT) falhou como guardião da democracia ao não estabelecer alianças estratégicas que envolvessem ceder a cabeça de chapa a outros partidos. Na eleição de 2018, o principal expoente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foi impedido de concorrer por estar preso. Ainda hoje, persiste o questionamento: recai sobre o PT a culpa pela crise democrática que culminou na invasão das sedes dos Três Poderes? Seria ingênuo acreditar que sim.

O sistema eleitoral brasileiro é completamente distinto do estadunidense e, diferentemente de Trump, o candidato brasileiro não era um outsider. Bolsonaro possui uma longa trajetória na política nacional, construída a partir de uma carreira militar que resultou em uma aposentadoria compulsória após atos de insubordinação. Suas pautas conservadoras e autoritárias ganharam espaço e aderência paulatinamente. Ele foi

¹ Matéria “Trump concede perdão presidencial para 1.500 acusados pelo ataque ao Capitólio dos EUA”. Portal G1, 20 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/trump-anuncia-perdao-presidencial-para-acusados-pe-lo-ataque-ao-capitolio.ghtml>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

² Matéria: “Trump diz que sucessora de Maduro 'pagará preço muito alto' se 'não fizer o certo' na Venezuela; o que aconteceu até agora após ataque americano”. Jornal BBC, 3 janeiro de 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cm2403jvm03o>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

vereador no Rio de Janeiro em 1989, cargo que deixou para cumprir sete mandatos sucessivos como deputado federal (1991-2018) por diferentes legendas. Ao final desse percurso, foi eleito Presidente da República com 55,13% dos votos válidos.

Bolsonaro não chegou ao Palácio do Planalto da noite para o dia. Há múltiplos elementos que explicam essa caminhada processual rumo ao clima autoritário e antidemocrático que culminou nos ataques à democracia em 8 de janeiro de 2023. Retomando a analogia inicial: para analisarmos esse corpo feminino vivo que é a democracia brasileira, parece necessário identificar, coletar e analisar um conjunto de elementos tanto do sistema político quanto de uma sociedade politicamente apática quando o tema é política.

Afinal, qual é a democracia que estamos defendendo, que se apresenta passível de ser vivida por uma sociedade tão heterogênea e de dimensões continentais? Temos problemas complexos, é verdade; contudo, precisamos mesmo discuti-los de modo tão formal e erudito a ponto de não sermos compreendidos pela maioria da população e não gerarmos o necessário engajamento?

Não me refiro aos likes em redes sociais, que tanto movimentam o cotidiano brasileiro. Refiro-me à urgência de tornarmos a democracia mais humana, tangível e interessante de ser discutida. Somos todos, de fato, parte da democracia brasileira? Em que medida a memória nos ajuda a difundir que, enquanto povo e nação, somos ou deveríamos ser, todos parte integrante da construção de um projeto comum de país? Para responder a isso, é preciso resgatar a escalada de violências que culminou na tentativa de imposição abrupta de um projeto ditatorial.

2. O CAMINHO DA TENTATIVA DO GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA: DO SILÊNCIO À EXPLOÇÃO

Ao conceber a democracia como um organismo vivo e identificar as distinções fundamentais entre o cenário brasileiro e o estadunidense, torna-se evidente que a invasão de 8 de janeiro foi o desfecho de uma marcha processual no território nacional. Após a vitória de Lula no segundo turno, em 30 de outubro de 2022, grupos

antidemocráticos ocuparam as frentes de dezenas de quartéis do Exército a partir de novembro. Essa ocupação capilariza-se por diversos estados da federação, sustentada por uma agitação que era, simultaneamente, física e virtual. Faixas nos acampamentos e uma avalanche de conteúdos digitais convocavam supostos "patriotas" a aderirem a pautas golpistas, sob a alegação infundada de fraude no resultado das urnas.

Uma vez estabelecidos na cena pública, esses acampamentos funcionaram como verdadeiros "quartéis-generais" do golpe. A estratégia não se limitava à comunicação física; dada a intensa presença digital do brasileiro, as atividades bolsonaristas alcançaram uma repercussão massiva nas redes. Outros episódios marcaram os passos seguintes dessa escalada autoritária, com crimes perpetrados na capital federal, o centro dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Destacam-se os seguintes fatos:

No contexto da diplomação do presidente eleito, em 12 de dezembro de 2022, uma série de atos violentos eclodiu na região central de Brasília, atingindo as imediações do Congresso, o Aeroporto Internacional, shoppings e a Esplanada dos Ministérios. Após o ministro do STF, Alexandre de Moraes, decretar a prisão temporária do cacique José Acácio Serere Xavante por condutas ilícitas, os manifestantes intensificaram a desordem, incendiando ônibus e veículos particulares, além de bloquear vias. O ápice daquele dia foi a tentativa de invasão à sede da Polícia Federal.

Na imprensa, a cobertura jornalística descrevia os atos com termos como: "vandalismo de bolsonaristas radicais", "protestos violentos de apoiadores de Bolsonaro" ou "bolsonaristas inflamados atacam PF e queimam ônibus". Tais expressões, embora descrevessem a violência imediata, comunicavam um suposto "descontentamento" de cidadãos com o resultado eleitoral, muitas vezes subestimando a gravidade institucional dos atos.

Chama a atenção também a busca realizada nas fotografias de uso público no acervo fotográfico da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que ainda estava sob gestão do candidato que perdeu as eleições. As fotografias disponíveis retratam os acontecimentos de forma isolada, não demonstrando a amplitude do caos instalado na capital. Os

poucos registros limitam-se, em sua maioria, a imagens de veículos carbonizados, omitindo o caráter sistêmico da desordem.

Nos principais jornais de cada região do país, a narrativa frequentemente se limitou a classificar os crimes como episódios de “vandalismo” motivados por intolerância política. Houve uma demora em nomear tais eventos como o que de fato eram: crimes contra a democracia, o sistema eleitoral e a República, e não meros ataques à instituição policial ou ao patrimônio público.

A escalada de violência atingiu um novo patamar na véspera do Natal. Em 24 de dezembro de 2022, realizou-se outra tentativa de ato terrorista: a instalação de uma bomba em um caminhão-tanque próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília. O artefato não chegou a explodir, e os responsáveis foram posteriormente presos e condenados: o empresário George Washington de Oliveira Sousa e o eletricista Alan Diego dos Santos Rodrigues.

O delegado que prendeu o empresário no mesmo dia do atentado, disse à imprensa que: “Ele [o empresário] confessou que realmente tinha a intenção de fazer um crime no aeroporto, que seria destruir um poste ou algo do tipo para causar o caos e o objetivo dele era justamente chamar atenção para o movimento que eles estão empenhados”³.

A imprensa, por meio de diversos veículos, divulgou trechos do auto de prisão em que o criminoso teria afirmado: “ultrapassados quase um mês [dos acampamentos em Brasília], nada aconteceu e então eu resolvi elaborar um plano com os manifestantes do QG do Exército para provocar a intervenção das Forças Armadas e a decretação de estado de sítio para impedir instauração do comunismo Brasil”⁴. Na residência do detido, foi apreendido um arsenal composto por diversas armas e munições.

³ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/empresario-e-preso-no-df-apos-tentativa-de-atentado>. Acesso em: 09 de outubro de 2022.

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/25/bolsonarista-que-montou-explosivo-em-brasilia-foi-autuado-por-terrorismo-em-depoimento-disse-que-queria-dar-inicio-ao-caos.ghtml>. Acesso em: 09 de outubro de 2022.

Entender esse percurso é fundamental para compreender o 8 de janeiro não como um evento isolado, mas como o desfecho de um ataque anunciado. É imperativo analisar como os episódios precedentes também configuram atos terroristas, e não meras manifestações de insatisfação eleitoral. As primeiras notícias sobre a invasão dos prédios públicos surgiram no meio da tarde daquele domingo, sob o olhar atento do mundo, que observava os rumos da democracia brasileira.

Como indicado no subtítulo desta seção, a ênfase não recai sobre o ataque aos prédios físicos, mas à democracia. Esta sutil reorganização das palavras visa focar a atenção do leitor para o fato de que o vandalismo foi apenas a materialização de um atentado de natureza imaterial. Se o dano físico ocorreu em três edifícios públicos, o crime maior foi cometido contra o Estado Democrático de Direito.

Partindo do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, mais de mil pessoas caminharam cerca de oito quilômetros até a Praça dos Três Poderes, escoltadas por policiais militares do Distrito Federal que realizavam a “segurança dos manifestantes na via”⁵. Ao chegarem ao local, por volta das 15h, os criminosos invadiram sucessivamente o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. O atentado destruiu o patrimônio público, bens móveis e integrados, além de promover o escárnio contra autoridades públicas e a própria democracia.

Imagem 01 e 02: Registros do ataque à democracia em 8/01/2023 aos prédios dos três poderes em Brasília/DF.

⁵ Fala de polícia militar no dia do golpe, em cima de palanque. Vídeo foi divulgado nas redes sociais e grande imprensa. Ver reprodução em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/15/terrorismo-em-brasilia-fantastico-refaz-a-cronologia-da-barbarie-dos-atos-golpistas-de-domingo-8.shtml>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A invasão só foi contornada por volta das 18h, após a edição de um decreto de intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal pelo Presidente da República. De acordo com dados do STF⁶, 2.151 pessoas foram presas em flagrante; destas, 745 foram liberadas logo após a identificação, incluindo 50 mulheres com filhos menores de 12 anos e idosos com idade entre 60 e 70 anos.

Para apurar e responsabilizar os envolvidos, foram abertos sete inquéritos que investigam crimes como: incitação pública ao crime, associação criminosa, dano qualificado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. As investigações abrangem desde parlamentares e financiadores até autores intelectuais, executores materiais e autoridades do Distrito Federal que teriam sido omissas ou coniventes.

A análise do 8 de janeiro ganha profundidade ao observarmos os dados da SEAP/CPMI: 60% dos denunciados eram homens, e metade deles recebeu auxílio emergencial durante a pandemia. Esse dado reforça a tese de que o bolsonarismo opera como uma ideologia endêmica que mobiliza cidadãos por meio de incentivos psicossociais, mantendo-os em um estado de alienação profunda e manipulada. Mais do que apenas explorar a pobreza, o bolsonarismo soube metabolizar o ressentimento de quem sempre foi invisibilizado, oferecendo um “senso de pertencimento” forjado na hostilidade. Essa dinâmica alimenta o que Levitsky e Ziblatt (2018) diagnosticam como a 'erosão democrática': o uso de retóricas populistas para convencer a base social de que o ataque às instituições é, na verdade, um ato de legítima defesa. Ao simplificar dilemas complexos, o movimento converteu a dor da desigualdade em uma arma voltada contra os próprios pilares que sustentam o Estado de Direito.

3. O 8 DE JANEIRO SOB AS LENTES DOS JORNAIS

A significativa extensão do território brasileiro, além do idioma, destaca o Brasil em relação aos demais países do continente latino-americano. Mas, para além da sua área

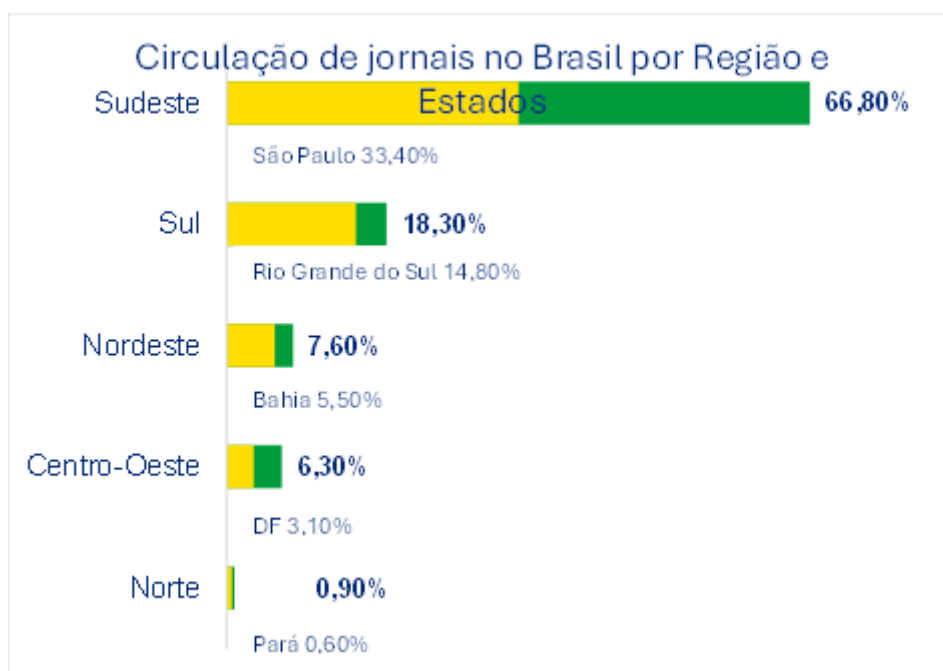
⁶ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503800&ori=1>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

territorial, chama muita atenção uma diferença marcante em relação aos países vizinhos: o nosso consumo diário de jornais e notícias.

O relatório (2022) do Reuters Institute for the Study of Journalism⁷, da Universidade de Oxford, revelou que, no Brasil, cerca de 54% dos brasileiros dizem evitar notícias, sendo o terceiro país que mais evita o acesso à informação. De acordo com o relatório, a circulação diária de jornais entre 2020 e 2022 caiu cerca de 3,5% e somente 48% dos entrevistados afirmam acreditar nas notícias em geral.

No Brasil, de acordo com o Grupo de Mídias⁸, os jornais (impresso + digital) tem uma cobertura de 31% de penetração no país. O grupo verificou que nas cinco regiões, os estados com maior circulação de jornais são:

Gráfico 01: Circulação de jornais no Brasil por Região e Estados.



⁷ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/es/digital-news-report/2022/brasil>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

⁸ Disponível em: <https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@64df91dd-dcf2-430b-b072-09dab15ddf72?category=jornal>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados auditados pelo IVC entre 01/2022 e 12/2022, recebidos para esta pesquisa em 19/09/2023.

A partir destes dados, foi apurado junto ao Instituto Verificador de Comunicação (IVC), entidade nacional sem fins lucrativos responsável pela auditoria multiplataforma de mídia que, no ano de 2022, os jornais com maior circulação nos estados mencionados são aqueles que efetivamente chegaram às mãos dos leitores. Ou seja, a análise foca na circulação líquida e não apenas nos títulos que possuem uma alta tiragem ou impressão diária. Estes jornais são:

Tabela 01: Jornais com maior circulação nas cinco regiões do Brasil.

| Jornal | Participação % | Região | UF | Média |
|------------------------|----------------|--------------|----|---------|
| Diário do Pará | 67,54 | Norte | PA | 7.745 |
| A tarde | 48,21 | Nordeste | BA | 48.564 |
| Correio Braziliense | 44,56 | Centro-oeste | DF | 25.851 |
| Zero Hora | 48,67 | Sul | RS | 132.650 |
| Folha de São Paulo | 39,87 | Sudeste | SP | 246.235 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados auditados pelo IVC entre 01/2022 e 12/2022, recebidos para esta pesquisa em 19/09/2023.

A partir destas informações, foi realizada a coleta de dados nestes jornais, para coletar as edições publicadas nos dias 8, 9 e 10 de janeiro de 2023. Na edição do dia 8 de janeiro se buscou identificar e compreender quais dados foram veiculados referentes aos acampamentos e ocupação de manifestantes anti-democráticos em Brasília. E nas matérias dos dias 9 e 10, foi empreendida uma análise de discurso, com de cunho subjetiva. Vejamos algumas considerações de cada uma destas análises.

A Folha de São Paulo, publicou no dia 8 de janeiro a seguinte frase do ex-vice presidente, Hamilton Mourão: “O silêncio ou o protagonismo inoportuno e deletério

criou um clima de caos e de desagregação social”⁹. O uso do adjetivo 'deletério' é sintomático; por definição, refere-se àquilo que é destrutivo ou nocivo. Contudo, o campo semântico da fala de Mourão é propositalmente ambíguo: o que exatamente estava sendo destruído? O resultado das urnas, a imagem das Forças Armadas ou a própria estabilidade da democracia?

É preciso questionar, entretanto, a natureza desse 'silêncio'. Pelo lado de Bolsonaro, a ausência foi absoluta. Após um breve agradecimento pelos mais de 58 milhões de votos recebidos e uma promessa genérica de seguir a Constituição, o ex-presidente partiu para os Estados Unidos. Ao ignorar o reconhecimento da vitória de seu adversário e abdicar do cumprimento da passagem da faixa, Bolsonaro não apenas silenciou, ele ignorou protocolos fundamentais para a estabilidade da democracia brasileira.

Mas esse silêncio não se traduzia nas ruas ou nas redes sociais. O esvaziamento gradual dos acampamentos nos quartéis era, na verdade, o prelúdio de uma nova etapa: o fluxo contínuo de caravanas que se dirigiam à capital federal. De acordo com o então ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, o “número de pessoas aglomeradas na porta das unidades militares caiu de 43 mil para cerca de 5 mil”¹⁰. Nas redes sociais e grupos de WhatsApp, as promessas feitas eram de que havia condições adequadas para permanecer no Distrito Federal e uma intensa cobertura midiática promovida pelos próprios acampados. Apesar da intensa mobilização e convocação para “atos antidemocráticos” foi reduzida a ocupação do tema sobre os acampamentos bolsonaristas e o deslocamento à Brasília nos jornais analisados na publicação do dia 8 de janeiro¹¹. Vejamos alguns dados:

Tabela 02: Levantamento de matérias dos jornais impressos sobre os acampamentos, o bolsonarismo e atos antidemocráticos, no dia 8/01/2023.

⁹ Publicado no Jornal Folha de São Paulo, no dia 8/01/2023, pg.34.

¹⁰ Jornal Correio Braziliense, 08/01/2023, pg. 03.

¹¹ Desde o ano de 2016 o Jornal Zero Hora publica uma única edição de fim de semana, chamada de “Super edição da ZH”. Por isso, possui um volume maior de páginas, em relação aos demais jornais no final de semana.

| Nome do jornal | Matérias | Opinião/frases/outros cadernos | Quantidade e de páginas da edição |
|--------------------|------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| A tarde | 1 | 0 | 18 |
| Braziliense | 1 (+ capa) | 1 | 70 |
| Diário do Pará | 5 | 1 | 73 |
| Zero hora | 3 | 1 | 100 |
| Folha de São Paulo | 3 | 4 | 39 |

Fonte: elaboração própria.

Na leitura das edições, foi buscado três códigos: as palavras “acampamento”, “Bolsonarismo” e “ato antidemocrático”. Nas notícias que dispunham do código “antidemocrático” foi possível encontrar alguns alertas sobre o risco iminente que esse movimento em direção a Brasília tinha. No jornal Correio Braziliense, (8/01/2023, pg.5) o alerta: “Às manifestações deste fim de semana, com apenas sete dias de governo, indicam que a trégua do bolsonarismo radical não durará muito tempo. Ou o governo aproveita essa janela para retirar manifestantes da porta dos quartéis, ou não retira mais”.

Na região Norte, o Diário do Pará também mencionou no (8/01/2023, caderno b) “Apoiadores bolsonaristas acampados em frente aos quartéis esperam até o último momento por uma intervenção militar”. Já na Folha de São Paulo (08/01/2023, A4), o informe foi preciso: “A aposta dos manifestantes é que o governo não terá coragem de despejar o acampamento”.

No jornal Zero Hora, chamou atenção a quantidade de matérias e opiniões mais focados em repudiar o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, pela prisão preventiva de criminosos dos “atos de vandalismo em dezembro”, além do bloqueio das contas dos bolsonaristas Rodrigo Constantino e Paulo Figueiredo, que atuavam

como jornalistas em canais da extrema direita. Na página 61, se fala na necessidade de “redemocratizar o Brasil”, devido ao suposto poder absoluto do STF interferindo nos poderes legislativo e executivo. O foco exacerbado neste discurso elaborado contra o STF pode ser lido como uma importante contribuição para a normalização da deslegitimação do Judiciário, um componente essencial do clima antidemocrático, como aponta Staffen (2023). No apanhado das leituras e buscas, não se identificou uma presença significativa do tema nos veículos de imprensa. Nem uma análise mais voltada para a ciência política, sobre, repito, os riscos iminentes à democracia.

Na página 02 do jornal Correio Braziliense, o jornalista Victor Correia anunciou: “As manifestações foram organizadas por meio de grupos bolsonaristas do WhatsApp e Telegram, com o intuito de “cercar Brasília” e “parar tudo”. Nas redes sociais, circularam lembretes do tipo: “Não esqueçam de levar faixas pedindo intervenção militar”.

Intervenção militar é um termo que tem marcado a geração brasileira contemporânea. Não consigo esquecer, por mais que eu tente, de uma foto que estampou jornais em 2016, de uma senhora com todos os cabelos brancos, em frente ao Museu de Arte de São Paulo-MASP, durante manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, segurando um cartaz que dizia “Dilma, pena que não te enforcaram no DOI-Codi”. Os cartazes que a acompanhavam na marcha, eram em sua maioria, pedindo intervenção militar.

Na minha trajetória como pesquisadora da ditadura brasileira, colhi inúmeros testemunhos de vítimas que foram violadas no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna- DOI-Codi, lugar onde o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado, hoje tombado como patrimônio histórico e ativado com ações museológicas, com intensa reivindicação para ser transformado em museu. Neste local de trauma (Assmann, 2011), agentes do Estado tentaram forjar uma fotografia durante a ditadura civil-militar para sustentar a tese de suicídio. A farsa não prosperou, sequer durante o regime.

Notícias sobre cidadãos brasileiros, vestidos com as cores da pátria pedindo intervenção militar nas ruas e no ciberespaço, tem sido frequente, tanto que vale a pena questionar se de algum modo, normalizamos ou nos acostumamos a conviver com as ameaças à democracia no Brasil e com referências como a que pode ser vista na imagem a seguir.

Imagem 03: Registro de manifestantes na Avenida Paulista pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

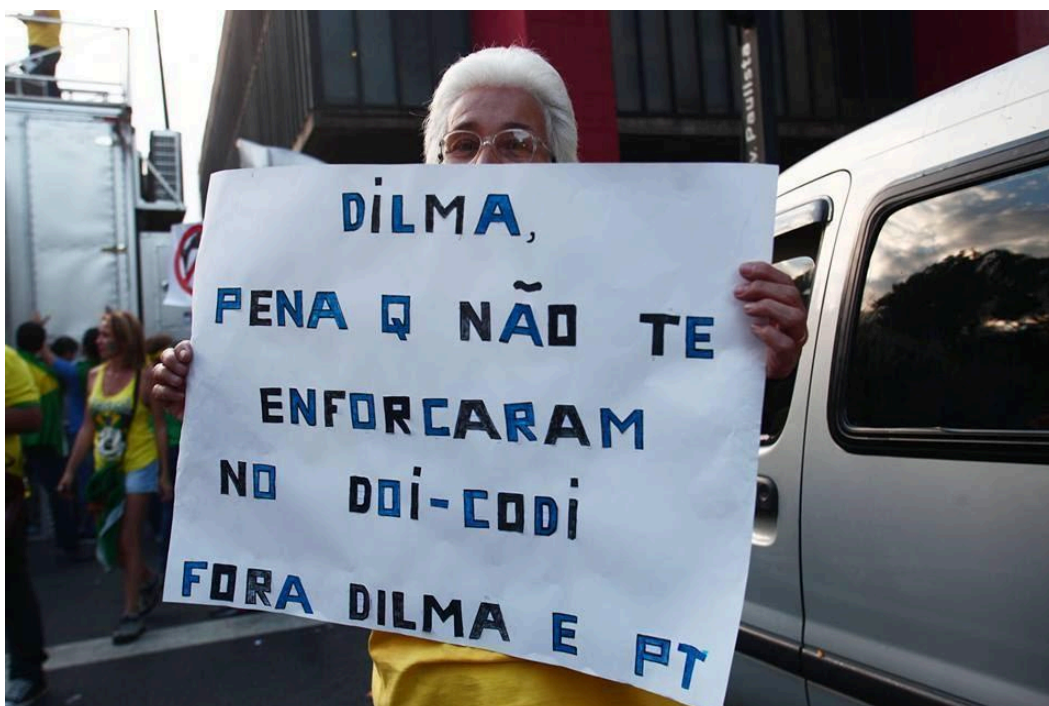


Foto: Reprodução de redes sociais. Autor desconhecido.

Há uma metáfora que pode ser percebida como um ditado popular no Brasil, sobre o sapo na panela. Conta a história de que ao lançar um sapo numa panela e colocar a água para ferver, o sapo vai pouco a pouco gastando sua energia para adaptar o seu corpo a temperatura da água. Quando a água ferver o sapo já não dispõe de energia suficiente para pular para fora da panela, pois gastou todas as suas forças, tentando ajustar a temperatura do seu corpo à água que só aumentava a temperatura.

O povo brasileiro, as autoridades e os diversos meios de comunicação têm despendido muita energia, sobretudo na última década, regulando a temperatura do corpo social da democracia. Mas a temperatura da água segue sendo mais aquecida. Será que estamos como o sapo do conto popular? Ao saber da referência sobre “enforcamentos” no DOI-Codi, o que você sente ao ver a imagem 03? Por aqui, eu sempre sinto muitíssimo mal-estar. Mas esta é uma fervura anunciada por muitos especialistas há décadas no Brasil: o sapo já deveria ter pulado para fora da panela da ignorância política. Precisamos usar nossa energia coletiva com sabedoria para enfrentar muitos e graves problemas sociais. Mas não pulamos da panela em 2016 e em 2023 o sapo se prejudicou.

Mas voltemos às análises dos jornais do dia 8 de janeiro, que como se pretendeu demonstrar, não ecoou alertas significativos sobre as ameaças divulgadas em face da elevada escalada de antidemocracia nas vias públicas de Brasília. Amenizar e silenciar para não criar alarde foi uma estratégia? Ou também se pode reconhecer certo grau de “normalidade” com o pedido por intervenção militar?

Felizmente a morte da democracia não veio. A resposta oficial imediata do presidente da república, em razão do terror instalado em Brasília, foi promulgar o decreto nº 11.377, autorizando uma intervenção federal na segurança do Distrito Federal com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Mas o que disseram os jornais nos dias imediatamente posteriores à tentativa de golpe de estado?

Repercutida como notícia nacional e internacional, o tema do atentado aos prédios dos três Poderes estampou as capas dos jornais na tabela a seguir. O conteúdo deu ênfase ao ataque à democracia e a depredação do patrimônio público. Vejamos as manchetes:

Tabela 03: Manchetes dos jornais com maior circulação no Brasil nos dias 9 e 10 de janeiro de 2023.

| Jornal | Região | Capa 09/01 | Capa 10/01 |
|---------------------|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| A Tarde | Nordeste | Resistência. Instituições brasileiras reagem à tentativa de golpe de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não passarão! | Lula reforça a união federativa contra golpe |
| Correio Braziliense | Centro-oeste | Ataque terrorista vandaliza a República... Moraes afasta Ibanês e Lula intervém no DF | Lula, STF, Congresso e governadores se unem em ação contra golpistas |
| Diário do Pará | Norte | Bolsonaristas, golpistas e criminosos. Terrorismo em Brasília! | Golpistas não passarão. Viva a democracia! |
| Zero Hora | Sul | Ataque a democracia. Golpistas radicais apoiadores de Bolsonaro depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. | Defesa da democracia une governadores e poderes |
| Folha de São Paulo | Sudeste | Golpistas pró-Bolsonaro invadem o Planalto, o Supremo e o Congresso | Legalidade reage com retirada de acampados e detenções |

Fonte: Elaboração própria a partir de acervo digital dos veículos.

A transição terminológica observada nas capas, do 'vandalismo' de domingo ao 'golpismo' de terça-feira, evidencia o que Michel Pêcheux (1969), filósofo considerado precursor da escola francesa de análise do discurso, descreve como o caráter ideológico do discurso. Podemos sugerir que essa 'reorganização sutil das palavras' não foi apenas uma correção jornalística, mas uma tentativa de enquadrar a materialidade dos danos físicos na imaterialidade do crime contra o Estado democrático de direito.

Há uma cadeia de intenções e posicionamentos nos sentidos e usos de cada palavra e pontuação. O modo como cada frase foi construída, a ordem das informações, a seleção intencional de palavras e expressões, e o espaço que determinado tema ocupa na edição completa do periódico são elementos que subsidiam operações de análise. Contudo, essas escolhas de palavras nem sempre explicam nossas particularidades, já que o uso de termos genéricos pode acabar escondendo as raízes históricas dos conflitos locais.

4. MEMÓRIA SOBRE O 8 DE JANEIRO PARA QUÊ?

É nessa esteira de crítica às nomenclaturas que Staffen (2023) questiona o uso do termo “fascismo transnacional”, adotado pelo Parlamento Europeu para se referir aos eventos no Brasil em paralelo às realidades dos Estados Unidos (ataque ao Capitólio) e da Alemanha (formação Reichsbürger). Para o jurista, tal adjetivação é leviana, genérica e superficial, uma vez que: “Antes da fruição transnacional, os atos antidemocráticos são consequências do pensamento político brasileiro de cada dia manifestado como ação, como ato político, que resta cultivado e nutrido desde tempos pretéritos e por variados responsáveis” (2023, p. 94).

O que o autor propõe é o cuidado para não realizar “desvios analíticos” ao imputar a explicação dos ataques terroristas de 8 de janeiro a um fenômeno internacional, ignorando a realidade nacional. Igualmente podemos sugerir que responsabilizar somente Bolsonaro pelos ataques é superficial. Não é somente a figura do ex-presidente que dispunha de poder para tal empreitada, mas um conjunto de fenômenos que remontam com maior profusão na redemocratização.

O chamado “Bolsonarismo” não é uma ode a figura do ex-presidente, também chamado de “mito”, mas uma ode ao que este político/militar evoca a ser despertado num Brasil que silenciava as divergências. Ao irromper quebrando protocolos e divergindo da política partidária nacional, o conjunto de atores responsáveis pela criação do “mito”, conduziu brasileiros e brasileiras a perderem o constrangimento público de se posicionar a favor de censura, de violências contra pessoas LGBTQIA+, de condenações sem provas jurídicas, entre outros.

O que se propõe nessa discussão é reconhecer que o que ocorreu no Brasil em 8 de janeiro é consequência de algo muito maior do que a divergência político partidária entre apoiadores de Bolsonaro e de Lula. Foi um atentado contra a Democracia. E isso é muito maior do que a defesa de um político que perdeu as eleições.

Acompanho o que Staffen (2023) argumenta de que não se trata apenas de acompanhar uma imitação do que ocorreu nos Estados Unidos com a invasão do Capitólio em 2020. O entendimento de que “sem o 6 de janeiro não haveria o 8 de janeiro”, dispõe de certo grau de colonialidade na análise. Cada realidade nacional é única, apesar de dispor de elementos de ataques à democracia similares, o que ocorreu nos EUA não pode ser visto como condicionante ao que ocorreu no Brasil.

Estes países possuem normas distintas para responsabilizar atos antidemocráticos em seus territórios nacionais. A sociedade americana se orgulha de que suas instituições prezam pela liberdade de expressão, dispondo de estados que possuem regulamentos divergentes entre si. Já no Brasil, cuja sociedade tem orgulho de ser a terra da caipirinha, do samba e da simpatia, o enfrentamento a temas traumáticos e a divergências, nunca foi bem-visto, o protocolo público é abafar/silenciar.

Expressões populares que crescemos ouvindo e absorvendo no Brasil ajudam a dimensionar ao que me refiro. Observem algumas frases: Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher; O problema de casa não se leva à praça. De modo que quando vizinhos ligam para as autoridades para denunciar agressões a mulheres por seus companheiros, essa ação quebra uma cultura que estava estabelecida, pessoas “metendo

a colher” em briga de marido e mulher. E essa continuidade de mudanças, rompimentos de paradigmas, junto com diversos outros elementos, podem ajudar a entender o ataque à democracia em 2023. Não foi somente uma cópia do que ocorreu com os norte-americanos. Mas uma ode violenta contra a quebra sistemática de mudanças na cultura política nacional.

Temos um grande desafio de discutir e socializar o que é política no Brasil. E separá-la da política partidária, tão arraigada no imaginário social nacional como sendo a mesma coisa. Entendimento que, muitas vezes, é incentivado pelas autoridades.

Considerando que o silêncio (e o esquecimento) também foi utilizado na redemocratização brasileira após a anistia aos crimes da ditadura de 1964, ou seja, que esta é uma estratégia de reconciliação nacional conhecida em território nacional, pontua-se que a política brasileira foi reduzida a paixão partidária e desestimulada no cenário nacional na contemporaneidade.

Cabe agregar que dispomos de uma cultura que promove uma política personalista e não baseada em projetos políticos/planos de governo. Outros elementos corroboram esse cenário, como a cultura de apagamento e não enfrentamento aos conflitos e disputas públicas; as diversas faces de censura contra a emergência das divergências, em nome de um silêncio pacificador típico da suposta cordialidade brasileira. Além, é claro, de um histórico de impunidade de crimes públicos, como a ausência de responsabilidade dos criminosos da ditadura, o que reverbera na sensação de impunidade dos milhares de casos de violências policiais, entre outras, alimentando uma segurança coletiva de que depredar os prédios dos Três Poderes não levaria a nenhuma responsabilização penal, haja vista tantos assassinatos bárbaros que seguem sendo cometidos sem a devida condenação no Brasil.

Como se tenta demonstrar, é um emaranhado de elementos que, somente juntos, podem ajudar a explicar o atentado à democracia ocorrido em janeiro de 2023. A defesa da democracia não pode ser pretexto para atos terroristas contra essa “jovem mulher” brasileira. Lamentavelmente, tal como analisam Levitsky e Ziblatt (2018), a morte de

muitas democracias ocorreu tendo como discurso aglutinador a defesa dela mesma. Na contemporaneidade, com maior profusão desde o impeachment da presidenta Dilma (2016), extremistas ocuparam ruas e redes sociais pedindo intervenção militar para preservar o Brasil, e o fizeram com a defesa espúria da liberdade de opinião.

A memória não pode ter esse “peso” de salvação, pois não é seu papel ser salvadora, responsável por evitar crimes ou agir para o “nunca mais”. A recordação e a informação, sozinhas, são insuficientes para gerar consciências. A situação a que chegamos no Brasil, culminando com os atos terroristas de janeiro, não foi por falta de memória e informação.

CONSIDERAÇÕES: esperar a maioria

O desfecho jurídico dos atos de 8 de janeiro de 2023 marca um momento sem precedentes. Pela primeira vez, assistimos à responsabilização de autoridades políticas de alto escalão, incluindo o ex-presidente Bolsonaro e seus colaboradores, que seguem condenados por suas ações contra o Estado Democrático de Direito. Entretanto, a justiça é um processo em disputa e o recente debate sobre a dosimetria das penas e o risco de uma retomada do histórico de impunidade demonstram que a tentativa de silenciamento ainda respira nos corredores do poder. É preciso vigiar para que a preservação da memória não seja apenas um registro burocrático em data comemorativa, pois, isolada, ela não impedirá a paulatina redução das penas ou o esquecimento estratégico.

Nesse sentido, a reflexão do podcast “Depois do 8 de janeiro” (Ep. 03, 2026) é um alerta: “O 8 de janeiro não foi esquecido, mas já não comanda sozinho o presente. Ele começa lentamente a perder centralidade, a se transformar em referência histórica”. Essa “perda de centralidade” é o grande risco que precisamos enfrentar com estratégias de resistência. Apego-me, aqui, à ideia de Ailton Krenak sobre “adiar o fim do mundo” (2019). Para o autor, diante da sensação de queda livre, devemos usar nossa capacidade crítica para construir “paraquedas coloridos”.

Que o prometido Museu da Democracia em Brasília seja parte desse paraquedas, mas sem o romantismo de que ele, sozinho, dará conta de conscientizar uma sociedade cujo “buraco” é muito mais profundo que a desinformação. Os museus são espaços

fundamentais para elaboração de memórias públicas, mas a memória não pode ficar restrita a eles; ela deve ocupar escolas, comunidades e redes de circulação para se tornar parte inseparável da agenda pública. A memória está para o “nunca mais” assim como a segurança está para as mulheres nas ruas: existe em parcela, mas não impede, por si só, que novas e criativas violências ocorram.

Não posso deixar de registrar que durante a pesquisa feita sobre o 8 de janeiro, como pesquisadora mulher, foi doloroso assistir às audiências da CPI do 8 de janeiro e ver a agressividade direcionada à senadora relatora. Aquele cenário de gritos e violência verbal é o sintoma vivo de uma nefasta cultura anti-divergência que ainda vigora no país. No entanto, o 8 de janeiro acabou forçando a nossa “menina-democracia” a um atestado de maioridade precoce. O documento foi publicado: os criminosos que pretenderam violentá-la foram presos e condenados. Ela resistiu, está forte e tem sua maioridade reconhecida.

Me despeço desse nosso encontro, sendo categórica ao afirmar que a memória não pode garantir o “nunca mais” de forma mecânica, ela atua como uma ferramenta de reparação e incômodo que impede o silenciamento. Recordar é o que nos permite gerar ação e sororidade com essa Democracia, atuando e exigindo que a política brasileira deixe de ser um pacto de silêncio para se tornar o campo da celebração da divergência respeitosa. Afinal, como nos lembra Krenak (2019), esse é o exercício que nos permite reafirmar que “somos gente” e que a nossa maturidade democrática exige vigilância diária.

Este artigo decorre de minha participação na Cátedras CALAS-IEAT, que é um programa promovido pelo Centro Maria Sibylla Merian de Estudos Latino-americanos Avançados (CALAS) e pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, Ana Paula. **Coluna Janelas da História**. Jornal A União. 02/09/2020.
- CALLEGARI, José Antônio. **MORTE E VIDA DEMOCRACIA. Autoritarismo e resistência democrática**. LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 32-50. mar./ago. 2023.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso** (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997b, p. 61-151.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- STAFFEN, Márcio Ricardo. **O pensamento político nosso de cada dia e o fascismo transnacional**. Revista Eletrônica Direito e Política. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, vº 18, nº 1, 1º quadrimestre de 2023. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp> - ISSN 1980-7791. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v18n1.p79-86>
- TRINDADE, Luíz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo. Jandaira Editora, 2022.

LEIS

- BRASIL. **Projeto de Lei 2162/2023**. Concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358548>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.
- BRASIL. **Veto nº 3/2026** (Dosimetria de Penas). Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/17969>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

PODCASTS

- Depois do 8 de Janeiro**. Episódio 03: os escombros. Produção Poder360, 9/01/2026. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aO3Z1jBUowc>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.
- Memória pra quê?** Episódio 07: girando a roda. Produção de Ana Paula Brito. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1HWoZK3nAcTJCpFKXjZrVY>. Acesso em: 20 de dezembro de 2026.